

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A.
CNPJ 01.704.513/0001–46



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (“Companhia”) relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas, relatório dos auditores e dos atuários independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015.

1. Conjuntura econômica: O ano de 2016 foi marcado por surpresas, tanto políticas como econômicas. O Brasil passou pelo processo de impeachment e o início de um novo governo, que busca dar um novo direcionamento à política econômica. A economia brasileira, em quadro recessivo nos últimos dois anos, deve encerrar 2016 com queda no PIB de 3,5%, acumulando retração próxima de 8% no biênio 2015/2016. No âmbito internacional, eventos como o *Brexit* (a saída da Inglaterra da União Europeia) e a eleição de Donald Trump nos EUA contribuíram para o aumento da incerteza global. As despesas com consumo das famílias brasileiras recuaram pelo segundo ano consecutivo, refletindo a combinação de elevado nível de endividamento familiar com a deterioração progressiva do mercado de trabalho. A taxa de desemprego oficial deve encerrar 2016 em cerca de 12% (contra 9% em 2015), deixando mais de 12,0 milhões de brasileiros desempregados. Apenas no segmento formal da economia, foram fechadas cerca de 1,5 milhão de vagas no ano. Os investimentos permanecem em queda pelo terceiro ano consecutivo como resultado de um setor industrial endividado e com elevada capacidade ociosa, aliado a baixa confiança dos empresários. No setor externo, a combinação de câmbio depreciado e recuperação dos preços das commodities permitiu à balança comercial acumular superávit de US\$477 bilhões em 2016, reduzindo o déficit em contas correntes de US\$60,6 bilhões (3,6% do PIB) em 2015 para US\$20 bilhões em 2016, ou 1,1% do PIB. Esse desempenho, ainda que resulte em baixa contribuição para o crescimento, constitui em importante fator para reduzir os efeitos adversos de um ambiente internacional instável. A inflação

que se mostrava mais resiliente ao longo da primeira metade do ano ingressou em um processo de redução mais incisivo nos últimos meses de 2016. O IPCA, que encerrou o primeiro semestre contabilizando inflação de 8,84% em termos anuais, recuou para 6,30% no final de dezembro, fechando o ano dentro da banda do regime de metas. O arrefecimento das pressões inflacionárias em meio ao aprofundamento da queda da atividade permitiu que o Banco Central desse início ao processo de flexibilização monetária. Nas duas últimas reuniões do comitê de política monetária (Copom) do ano, a SELIC foi reduzida de 14,25% para 13,75% ao ano, deixando aberta a possibilidade de continuação e intensificação do ciclo de afrouxamento. No âmbito fiscal, o governo conseguiu importantes avanços na construção de um novo regime baseado, fundamentalmente, no controle das despesas públicas. O novo regime visa restaurar a capacidade de gerar superávits sustentáveis necessários ao estancamento do endividamento público. Ainda que não traga resultados expressivos no curto prazo, essa nova postura se constitui em importante elemento para a restauração da confiança e retomada do crescimento econômico nos próximos anos. As expectativas que cercam o ano de 2017 permitem certo otimismo. O esperado maior dinamismo da economia americana, podendo resultar em desvalorização cambial, dará sustentação ao bom desempenho do setor externo e, consequentemente, ao setor industrial. Avanços na agenda fiscal combinado com juros domésticos em queda contribuirão para o aumento dos investimentos e deverão pavimentar o caminho para a retomada do crescimento econômico em 2017.

2. Principais informações financeiras:			
(R\$milhões)	2016	2015	Δ
Prêmios emitidos	389,0	408,0	-4,7%
Prêmios ganhos	417,8	437,8	-4,6%
Sinistros ocorridos	(162,1)	(212,0)	23,5%
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	47,4	28,2	68,0%
Variações de outras provisões técnicas	(59,9)	(45,4)	-31,9%
Resultado financeiro	61,9	69,4	-10,9%
Resultado antes dos impostos e participações	35,8	22,7	57,5%
Lucro líquido	18,5	15,0	23,8%

3. Comentário sobre o desempenho: No ano de 2016, a receita de prêmios emitidos

atingiu R\$389,0 milhões, uma redução de 4,7% em relação à receita obtida no ano anterior. Os sinistros ocorridos somaram R\$162,1 milhões, uma melhora de 23,5% em relação a 2015. As receitas de contribuições e prêmios de VGBL totalizaram R\$47,4 milhões, representando crescimento de 68,0% frente a 2015. Neste mesmo período, o resultado financeiro alcançou R\$61,9 milhões, 10,9% abaixo do ano anterior, enquanto o lucro líquido do exercício foi de R\$18,5 milhões, 23,8% acima de 2015.

4. Distribuição do resultado:			
Descrição (em R\$milhões)	2016	2015	
Lucro antes dos impostos e participações	35,8	22,7	
(-) Impostos e contribuições	(14,8)	(5,2)	
(-) Participações	(2,4)	(2,5)	
Lucro líquido do exercício	18,5	15,0	
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(0,9)	(0,7)	
Lucro líquido ajustado	17,6	14,2	
Dividendos obrigatórios			
25% do Lucro líquido ajustado	4,4	3,6	
(-) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	4,4	3,6	
Saldo dos dividendos obrigatórios	–	–	
Dividendos adicionais propostos pagos - conforme aprovado pela RCA de 30/09/2015	–	10,7	
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	–	–	
Destinação:			
Constituição de reserva estatutária	13,2	–	

5. Investimentos: A Companhia não possui investimentos diretos ou indiretos em sociedades coligadas e controladas. **6. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários na categoria “mantidos até o vencimento” para os quais possua intenção e capacidade para manter até a data do respectivo vencimento. **7. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais)

		Notas	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)			Notas	2016 (Reapresentado)	2015 (Reapresentado)
Ativo				Passivo					
Ativo circulante				Passivo circulante					
Disponível				Contas a pagar					
Caixa e bancos				Obrigações a pagar					
Aplicações				Impostos e encargos sociais a recolher					
Créditos das operações com seguros e resseguros				Encargos trabalhistas					
Prêmios a receber				Impostos e contribuições					
Operações com seguradoras				Outras contas a pagar					
Operações com resseguradoras				Débitos de operações com seguros e resseguros					
Créditos das operações com previdência complementar				Prêmios a restituir					
Créditos de resseguro				Operações com seguradoras					
Outros créditos operacionais				Operações com resseguradoras					
Ativos de resseguro e retrocessão				Corretores de seguros e resseguros					
Títulos e créditos a receber				Outros débitos operacionais					
Títulos e créditos a receber				Débitos de operações com previdência complementar					
Créditos tributários e previdenciários				Débitos de resseguros					
Outros créditos				Outros débitos operacionais					
Despesas antecipadas				Depósitos de terceiros					
Custos de aquisição diferidos				Provisões técnicas – seguros					
Seguros				Danos					
Previdência				Pessoas					
Ativo não circulante				Vida individual					
Realizável a longo prazo				Vida com cobertura de sobrevivência					
Aplicações				Provisões técnicas – previdência complementar					
Créditos das operações com seguros e resseguros				Planos não bloqueados					
Prêmios a receber				PGBL/PRGP					
Operações com resseguradoras				Outros débitos					
Ativos de resseguro e retrocessão				Provisões judiciais					
Títulos e créditos a receber				Débitos diversos					
Créditos tributários e previdenciários				Passivo não circulante					
Depósitos judiciais e fiscais				Contas a pagar					
Outros créditos operacionais				Obrigações a pagar					
Despesas antecipadas				Outras contas a pagar					
Custos de aquisição diferidos				Débitos de operações com seguros e resseguros					
Seguros				Corretores de seguros e resseguros					
Previdência				Provisões técnicas – seguros					
Imobilizado				Pessoas					
Imóveis de uso próprio				Vida individual					
Bens móveis				Vida com cobertura de sobrevivência					
Outras imobilizações				Provisões técnicas – previdência complementar					
Intangível				Planos não bloqueados					
Outros intangíveis				PGBL/PRGP					
Total do Ativo				Outros débitos					
				Provisões judiciais					
				Débitos diversos					
				Patrimônio Líquido					
				Capital social					
				Reservas de lucros					
				Ajustes de avaliação patrimonial					
				Total do Passivo					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

Descrição	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de títulos e valores mobiliários	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 01/01/2015	227.551	15.026	172.285	187.311	(9.344)	–	405.518
Dividendos intercalares – R\$2,6999 por ação conforme AGE de 10/04/2015	–	–	(80.000)	(80.000)	–	–	(80.000)
Dividendos intercalares – R\$0,3268 por ação conforme RCA de 30/09/2015	–	–	(9.682)	(9.682)	–	–	(9.682)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	14.966	14.966
Proposta da destinação do lucro:							
Reserva Legal	–	748	–	748	–	(748)	–
Dividendos							
Dividendos obrigatórios antecipados – R\$0,1200 por ação – conforme RCA de 30/09/2015	–	–	–	–	–	(3.555)	(3.555)
Dividendos adicionais antecipados – R\$0,3599 por ação conforme RCA de 30/09/2015	–	–	–	–	–	(10.663)	(10.663)
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	(4.465)	–	(4.465)
Saldos em 31/12/2015	227.551	15.774	82.603	98.377	(13.809)	–	312.119
Em 21/06/2016 e em 10/08/2016 em RCA, respectivamente, aprovou e rerratificou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$20.000 à razão de R\$0,6749 por ação.	–	–	(20.000)	(20.000)	–	–	(20.000)
Dividendos intermediários – R\$0,3374 por ação conforme RCA de 29/09/2016	–	–	(10.000)	(10.000)	–	–	(10.000)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	18.532	18.532
Proposta da destinação do lucro:							
Reserva Legal	–	927	–	927	–	(927)	–
Reserva Estatutária	–	–	13.204	13.204	–	(13.204)	–
Dividendos							
Dividendos obrigatórios propostos	–	–	4.401	4.401	–	(4.401)	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	–	–	6.081	–	6.081
Saldos em 31/12/2016	227.551	16.701	70.208	86.909	(7.728)	–	306.732

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais)

Descrição	2015 (Reapresentado)		Descrição	2016 (Reapresentado)	
	2016	2015		2016	2015
Atividades operacionais			Provisões técnicas – previdência complementar	383.154	402.467
Lucro líquido do período	18.532	14.966	Provisões judiciais	(2.389)	(13.090)
Ajustes para:			Caixa gerado/(consumido) pelas operações		
Depreciação e amortizações	1.065	1.153	Imposto sobre o lucro pagos	(15.277)	(32.436)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	–	(59)	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	13.010	107.767
Outros ajustes	3.180	14.099	Atividades de investimento		
Variação nas contas patrimoniais:			Recebimento pela venda:		
Ativos financeiros	(772.956)	(649.090)	Imobilizado	–	113
Créditos das operações de seguros e resseguros	(3.001)	(2.588)	Pagamento pela compra:		
Créditos das operações de previdência complementar	86	7.623	Imobilizado	–	(4)
Ativos de resseguro	733	(588)	Intangível	(1.412)	(570)
Créditos fiscais e previdenciários	4.588	(8.684)	Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(1.412)	(461)
Depósitos judiciais e fiscais	(3.187)	(4.149)	Atividades de financiamento		
Despesas antecipadas	23	177	Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(10.000)	(108.150)
Custos de aquisição diferidos	7.525	3.105	Outros	–	(564)
Outros ativos	1.482	2.560	Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	(10.000)	(108.714)
Outras contas a pagar	19.885	11.006	Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.598	(1.408)
Débitos de operações com seguros e resseguros	17.618	(8.785)	Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.819	6.227
Débitos de operações com previdência complementar	(5.997)	6.034	Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6.417	4.819
Depósitos de terceiros	(39)	(1.442)			
Provisões técnicas – seguros e resseguros	357.985	365.488			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Notas	2016	2015 (Reapresentado)
Prêmios emitidos	–	389.037	408.044
Contribuição para cobertura de riscos	–	19.902	18.888
Variações das provisões técnicas de prêmios	–	8.837	10.854
Prêmios ganhos	19.1	417.776	437.786
Sinistros ocorridos	19.2	(162.109)	(212.040)
Custos de aquisição	19.3	(111.951)	(106.921)
Outras receitas e despesas operacionais	19.4	(53.896)	(53.793)
Resultado com operações de resseguro	19.5	(7.006)	8.897
Receita com resseguro	–	4.277	17.401
Despesa com resseguro	–	(11.283)	(8.504)
Rendas de contribuições e prêmios	19.6	523.671	469.827
Constituição da provisão de benefícios a conceder	19.6	(476.285)	(441.616)
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	19.6	47.386	28.211
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	–	42.901	40.074
Variações de outras provisões técnicas	–	(59.903)	(45.406)
Custos de aquisição	–	(22.614)	(17.510)
Outras receitas e despesas operacionais	–	(304)	(8.232)
Resultado com operações de resseguro	19.5	(335)	(152)
Receita com resseguro	–	–	136
Despesa com resseguro	–	(335)	(288)
Despesas administrativas	19.7	(99.841)	(103.443)
Despesas com tributos	–	(16.220)	(14.216)
Resultado financeiro	19.8	61.857	69.449
Resultado patrimonial	–	39	(34)
Resultado operacional	–	35.780	22.670
Ganhos e perdas com ativos não correntes	–	–	41
Resultado antes dos impostos e participações	–	35.780	22.711
Imposto de renda	19.9	(7.583)	(6.207)
Contribuição social	19.9	(7.216)	965
Participações sobre o resultado	–	(2.449)	(2.503)
Lucro líquido		18.532	14.966
Quantidade de ações		29.630.262	29.630.262
Lucro líquido por ação em R\$		0,63	0,51

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. CNPJ 01.704.513/0001-46			
continuação			
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)			
1. Contexto operacional: A SUL AMÉRICA SEGUROS DE PESSOAS E PREVIDÊNCIA S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, nº 121 parte, no bairro Cidade Nova, autorizada a operar em todo o território nacional pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) com seguros de pessoas e planos de previdência privada aberta e que tem como acionista, a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA. SAUDE) que detêm 100% de participação. A Sul América S.A. (SASA), controladora indireta da Companhia, tem como principal acionista a Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,84% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,64% de participação total. A SASA é uma Companhia de capital aberto e publicou, em 22/02/2017, no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2016, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS). Nessas demonstrações financeiras, o termo “SulAmérica” é usado para tratar o conjunto de empresas formado pela SASA e suas controladas, o qual a Companhia faz parte. 2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela SUSEP, e incluem as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela SUSEP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que já tenham sido referendados pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517, emitida em 30/07/2015. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 21/02/2017. 2.2. Representação: Em 2014, com o intuito de padronizar e permitir a comparabilidade do mercado segurador, a SUSEP emitiu orientação para estabelecer um padrão para o registro contábil dos eventos relacionados às ações judiciais envolvendo a provisão de sinistro a liquidar e o passivo contingente, com prazo de implantação até dezembro de 2016. O comunicado de orientação, de uma forma geral, determinou que se o evento está associado à operação de seguro, este deve ser considerado sinistro e, consequentemente, registrado na provisão de sinistro a liquidar, ficando excluídos somente os danos morais não cobertos pelo contrato de seguro e nos casos de ausência de apólice de seguro e fora da vigência da apólice que devem ser registrados no passivo contingente. Em consequência dessa alteração, as ações judiciais que inicialmente estavam registradas no Passivo, na rubrica Provisões Judiciais, e no resultado, na rubrica Outras Despesas Operacionais, foram reclassificadas, de forma retrospectiva, para Provisões Técnicas de Seguros (Sinistros a Liquidar) no passivo e no resultado na linha de Sinistro. O montante reclassificado no passivo em 31/12/2015 foi de R\$1.114. No resultado, o montante reclassificado em 31/12/2015 foi de R\$712. Para fins de apresentação, não demonstramos a terceira coluna do balanço patrimonial referente ao início do período anterior, por se tratar de efeito imaterial pela avaliação da Administração, em consonância com o item 40A (b) do CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Efeitos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015:			
	Originalmente publicado	Ajuste	2015 Reapresentado
Ativo			
Circulante	5.439.869	–	5.439.869
Não circulante	742.112	(1.114)	740.998
Créditos tributários e previdenciários	120.467	(2) (1.114)	119.353
Outros	621.645	–	621.645
Total do ativo	6.181.981	(1.114)	6.180.867
Passivo			
Circulante	1.490.182	(947)	1.489.235
Contas a pagar	21.445	(2) (947)	20.498
Provisões técnicas de seguros	579.951	812	580.763
Danos	2.615	–	2.615
Pessoas	161.268	(1) 812	162.080
Vida Individual	72.613	–	72.613
Vida com cobertura de sobrevivência	343.455	–	343.455
Provisões judiciais	13.241	(1) (812)	12.429
Outros	875.545	–	875.545
Não circulante	4.379.680	(167)	4.379.513
Provisões técnicas de seguros	1.528.144	3.167	1.531.311
Pessoas	143.018	(1) 3.167	146.185
Vida individual	9.507	–	9.507
Vida com cobertura de sobrevivência	1.375.619	–	1.375.619
Provisões judiciais	128.431	(1)e(2) (3.334)	125.097
Outros	2.723.105	–	2.723.105
Patrimônio líquido	312.119	–	312.119
Total do passivo e patrimônio líquido	6.181.981	(1.114)	6.180.867
Resultado			
Prêmios ganhos	437.786	–	437.786
Sinistros ocorridos	(211.328)	(3) (712)	(212.040)
Custos de aquisição	(106.921)	–	(106.921)
Outras receitas e despesas operacionais	(54.505)	(3) 712	(53.793)
Resultado com operações de resseguro	8.897	–	8.897
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	28.211	–	28.211
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	40.074	–	40.074
Variações de outras provisões técnicas	(45.406)	–	(45.406)
Custos de aquisição	(17.510)	–	(17.510)
Outras receitas e despesas operacionais	(8.232)	–	(8.232)
Resultado com operações de resseguro	(152)	–	(152)
Despesas administrativas	(103.443)	–	(103.443)
Despesas com tributos	(14.216)	–	(14.216)
Resultado financeiro	69.449	–	69.449
Resultado patrimonial	(34)	–	(34)
Resultado operacional	22.670	–	22.670
Ganhos e perdas com ativos não correntes	41	–	41
Resultado antes dos impostos e participações	22.711	–	22.711
Imposto de renda	(6.207)	–	(6.207)
Contribuição social	965	–	965
Participações sobre o resultado	(2.503)	–	(2.503)
Lucro líquido	14.966	–	14.966
(1) Transferência no montante de R\$812 da rubrica “Provisões judiciais – Circulante” para “Provisões técnicas de seguros – Pessoas – Circulante”. Transferência no montante de R\$3.167 da rubrica “Provisões judiciais – Não circulante” para “Provisões técnicas de seguros – Pessoas – Não circulante”; (2) Reversão de crédito tributário no montante de R\$1.114 no Ativo, na rubrica “Créditos tributários e previdenciários – Não circulante”, com efeito no Passivo, nos montantes de R\$947 na rubrica “Contas a pagar – Circulante” (Impostos e contribuições a pagar) e R\$167 na rubrica “Provisões judiciais – Não circulante”; e (3) Transferência no montante de R\$712 da rubrica “Despesas operacionais – Seguros – Outras despesas operacionais” para “Despesas operacionais – Seguros – Sinistros”. Efeitos na demonstração de fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015: As seguintes linhas foram impactadas: • Redução na linha de “Provisões técnicas – seguros e resseguros” no montante de R\$3.979 e aumento na linha de “Provisões Judiciais” devido a transferência dos valores da rubrica “Provisões judiciais” para “Provisões técnicas de seguros – Pessoas”; e • Redução na linha de “Créditos fiscais e previdenciários” no montante de R\$1.114 e aumento na linha de “Outras contas a pagar” no montante de R\$947 e “Provisões judiciais” no montante de R\$167, devido a reversão do crédito tributário. 2.3. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros derivativos (nota 5); • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 6); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 6). 2.4. Moeda funcional e de apresentação: Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 3. Principais práticas contábeis: As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros e coberturas de risco de previdência são reconhecidos pelo período de vigência das apólices. Prêmios de seguros, relativos a riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidos com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão; • Contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidas quando ocorre o efetivo recebimento. Os direitos dos participantes dos referidos planos estão refletidos mediante constituição de provisões técnicas em contrapartida no resultado do período; • Comissões de seguro e agenciamentos de seguros, registrados como custos de aquisição diferidos amortizados com base no prazo de vigência dos contratos de seguros (majoritariamente 12 meses) exceto os agenciamentos referentes aos produtos de previdência que são amortizados pelo prazo médio de permanência dos segurados na carteira (40 meses). Comissões relativas a riscos vigentes, cujas apólices/faturas ainda não foram emitidas, são estimadas com base em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica. Esses custos de aquisição são inicialmente diferidos na rubrica “Custos de aquisição diferidos” no ativo			
circulante e não circulante e amortizados no resultado do período na rubrica “Custos de aquisição”; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente aloáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses – ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente aloáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses – ULAE). 3.1.2. Balanço patrimonial: • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente; • Os ativos e passivos sujeitos a atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contrato; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: Os ativos financeiros são classificados e mensurados, conforme descritos a seguir: 3.2.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da Companhia. Derivativos: São classificados no ativo circulante em “Títulos e créditos a receber” ou no passivo circulante em “Outras contas a pagar”. 3.2.2. Disponíveis para a venda: Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “mantidos até o vencimento” ou “empréstimos e recebíveis” são classificados como “disponíveis para venda” e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. 3.2.3. Mantidos até o vencimento: Os títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, que são reconhecidos no resultado. 3.2.4. Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.4. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já um ativo financeiro mensurado a valor justo tem perda após o reconhecimento inicial do ativo, se apresentar efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos contábeis dos ativos não financeiros, incluindo ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, são revistos no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. 3.5. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data–base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando–se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até 8 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. 3.6. Provisões técnicas de contratos de seguros, resseguros e previdência: As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela SUSEP, conforme a seguir: 3.6.1. Provisões para Prêmios Não Ganhos (PPNG): Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. 3.6.2. Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG–RVNE): Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG–RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. É obtida a partir da multiplicação do prêmio mensal retido pelo fator esperado de atraso calculado semestralmente com base na média ponderada histórica entre a PPNG referente aos riscos emitidos após o início de vigência e o prêmio retido. 3.6.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): Processos administrativos: A PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data–base das demonstrações financeiras, compreendendo o valor dos sinistros avisados. Após calculada a PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (Incurred But Not Reported – IBNR). O IBNR é calculado conforme descrito na nota 3.6.4. Processos judiciais: As provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a provisão estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a respectiva de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 110% da estimativa de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015), baseado no histórico de pagamentos de juros observados. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza civil relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica “Provisões técnicas – seguros”, no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. 3.6.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR): Processos administrativos: A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data–base das demonstrações financeiras. Para o ramo de seguro de pessoas, exceto para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização e benefícios de risco de previdência complementar, é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico–atuariais conhecidos como triângulos de run–off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. O desenvolvimento é apurado por montante de sinistros, sendo observado um histórico de 140 meses. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional referente à estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistro obtida por métodos estatístico–atuariais similares ao IBNR. Para os contratos de seguros de vida individual por regime de capitalização, a IBNR é calculada por um percentual de atraso médio entre a ocorrência e o aviso dos sinistros. Para os benefícios de risco de previdência complementar, a IBNR é calculada de acordo com critérios estabelecidos pela SUSEP. Processos judiciais: A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico pelas controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia. Para os ramos de pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run–off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro. 3.6.5. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC): A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar, seguros de vida com cobertura por sobrevivência e de seguros de vida individual no regime de capitalização, abrangendo os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tábuas de mortalidade, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria. 3.6.6. Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC): A PMBC é relativa aos contratos de previdência complementar e seguros de vida com cobertura por sobrevivência e corresponde ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado. É calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada pela taxa de juros dos contratos para a data–base das demonstrações financeiras e estimada a partir das garantias contratadas de tábuas de mortalidade. 3.6.7. Provisão para Despesas Relacionadas (PDR): A PDR é constituída mensalmente para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (ALAE) quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (ULAE). A ULAE refere-se a despesas relativas à gestão da regulação de sinistros que ainda estão em fase de análise técnica, mas que não são alocados a cada sinistro individualmente. É apurada a partir do custo unitário, com base no histórico de despesas, aplicada à quantidade de sinistros pendentes na PSL e na quantidade estimada de sinistros IBNR. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a PDR cobre despesas decorrentes de pagamento de benefícios futuros em função de eventos ocorridos e a ocorrer para os contratos de previdência complementar. O cálculo da PDR consiste em projetar o fluxo de pagamentos esperados, descontado para a data–base das demonstrações financeiras, incluindo premissas de persistência média dos participantes na carteira, utilização da tábuas de sobrevivência BF–EMS e			
de entrada em fase de concessão de benefícios. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a PDR abrange as despesas relativas somente aos sinistros ocorridos, tendo em vista que a parcela referente aos sinistros a ocorrer já estão contempladas na PPNG. 3.7. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test – LAT): A adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras é avaliada através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando–se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data–base do teste, brutas de resseguro. Os fluxos de caixa dos prêmios e contribuições futuras são segregados dos fluxos de caixa relacionados a prêmios e contribuições registradas, não havendo compensação, no resultado do teste, entre os dois fluxos. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data–base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETJ) livre de risco prefixada. Para os contratos de previdência, utiliza-se a tábuas BR–EMS para a estimativa realista de sobrevivência e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate foram utilizados dados de 3 anos de experiência da Companhia. Os fluxos dos passivos levam em consideração a tábuas e a taxa de juros contratada para participar. Os produtos avaliados no LAT possuem tábuas contratuais AT–49, AT–83, AT 2000 e BR–EMS, e as taxas de juros contratadas podem variar de 0% a 6% para os produtos tradicionais e 0% a 5% para os produtos PGBL e VGBL. Os fluxos de caixa referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Provisão Matemática de Benefícios Concedidos relacionados a contribuições registradas, são descontados a valor presente com base na ETJ, e deduzidos da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos garantidores das provisões técnicas, classificados como mantidos até o vencimento (as taxas contratadas dos ativos garantidores referentes às provisões matemáticas de previdência variam de 7,59% a 8,68%). Destacamos ainda que eventuais déficits na Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e a Conceder não são compensados. A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente ao resultado do LAT relacionado com a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC) é de R\$41.854 (R\$33.677 em 2015). Para alguns contratos de seguro de vida com a figura de estipulante e sem reenquadramento de prêmios por faixa etária atingida, os fluxos de caixa dos sinistros e despesas futuras deduzidos dos correspondentes prêmios futuros são descontados a valor presente com base na ETJ livre de risco. O cálculo resulta em constituição de Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Em 31/12/2016, o saldo da PCC é de R\$54.186 (R\$47.105 em 2015). Para as demais operações de seguros também é realizado o teste de adequação de passivos, que aponta a adequação das provisões, e portanto não há necessidade de constituição da PCC. 3.8. Provisões para ações judiciais: 3.8.1. Cíveis e trabalhistas: A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelo Departamento Jurídico interno, pelos consultores legais independentes e pela Administração da Companhia. No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é recorrente e relacionada ao negócio, adicionalmente à avaliação individual do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, o respectivo grau de risco, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. As regras de provisionamento acima também se aplicam aos processos judiciais trabalhistas, cujo autor é ex–empregado ou ex–prestador de serviços da Companhia. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas pelo IPCA e juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015) nos processos cíveis e pela TR e juros de 10,43% ao ano (9,36% em 2015) nos processos trabalhistas. As provisões para processos judiciais estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante nas rubricas “Provisões judiciais”. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. 3.8.2. Fiscais: As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas mensalmente e atualizadas pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica “Obrigações a pagar”, no passivo não circulante. Os valores relativos às demais obrigações presentes em que seja provável a saída de recursos estão contabilizados na rubrica “Provisões judiciais”, no passivo circulante e não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. 3.9. Benefícios pós–emprego: Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. 3.10. Incentivo em ações: A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos de 2011 e 2012 foram precificados pelo modelo binomial e ambos os períodos eram compostos por opções simples. Estes planos foram descontinuados e a Companhia não possui opções em aberto dos mesmos. A partir de 2011, o plano foi reformulado e passou a ter até 2012 outorgas de opções simples, e novas outorgas de incentivos de ações bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da Companhia, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. A partir de 2013 ocorreram apenas outorgas nos planos de ações bonificadas. O valor justo do plano é reconhecido pela Companhia a partir do dia anterior a data de outorga, na rubrica “Despesas administrativas”, com um correspondente lançamento na rubrica “Outras contas a pagar”. Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 15.2). 3.11. Dividendos: Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. 3.12. Contratos de seguro: O CPC 11 define as características que um contrato deve atender para ser definido como um “contrato de seguro”. A Administração analisou seus negócios para determinar quais de suas operações caracterizam–se como “contrato de seguro”. Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11. 3.13. Estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas aprovadas pela SUSEP, que incluem normas emitidas pelo CPC, requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem–se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, provisões técnicas, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletido na provisão para ações judiciais, e da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram–se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda (nota 6); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 9.3); • Movimentação dos custos de aquisição diferidos (nota 10); • Provisão de sinistros a liquidar e IBNR (nota 14); e • Ações judiciais e obrigações fiscais (nota 17). 3.14. Ativos e passivos sem vencimento: A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação. Entre as mais relevantes, as ações judiciais e depósitos judiciais têm a classificação determinada com base na evolução histórica de processos judiciais e os correspondentes depósitos judiciais que fazem ou fizeram parte da carteira de processos da Companhia. Para as provisões técnicas atuariais que não guardam relação com prazo de vencimento, a Companhia determina a segregação entre circulante e não circulante de acordo com a frequência histórica. No caso de			
continuação			

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

as normas como “Depósitos de terceiros”, devido à natureza e ao giro da operação, a Companhia classifica todo o montante em circulante. **3.15 Normas emitidas e revisadas: 3.15.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2016. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores. • Modificações à IAS 27 – Opção para utilização do método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas – Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações às IFRS Ciclos de melhorias anuais 2012–2014 – Em vigor a partir de 01/01/2016; • Modificações à IAS 1 – Esclarecimentos sobre o processo julgamental de divulgações das demonstrações financeiras – Em vigor a partir de 01/01/2016.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2016 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia: • IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 16 – Arrendamento estrangeiro – Em vigor a partir de 01/01/2019; • IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Reconhecimento de ativo fiscal diferido/crédito fiscal para perdas a realizar (aditamentos ao IAS 12) – Em vigor a partir de 01/01/2017; • Classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações (aditamentos ao IFRS 2) – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Iniciativa de divulgação (aditamento à IAS 7) – Em vigor a partir de 01/01/2017; • Melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Em vigor a partir de 01/01/2018. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que a Companhia ainda não concluiu as suas análises, considerando que sua adoção foi postergada para 2021 pelo IASB, somente para as companhias predominantemente seguradoras.

4. Gestão de riscos: O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

- **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;
- **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;
- **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e
- **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitoradas e gerenciadas através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categoria de risco, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da divisão de riscos corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos os quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicando como cada uma das categorias impacta nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

4.1. Concentração das operações: Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios na região Sudeste, devido à localização do polo econômico do país. Em 31/12/2017, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios emitidos de R\$389.037 (R\$408.044 em 2015). A tabela a seguir apresenta a distribuição regional destas receitas:

Região	Vida em grupo Pessoas demais (a)				Previdência		Outros (b)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Sudeste	65,03%	68,00%	29,92%	35,60%	77,40%	73,50%	62,70%	62,90%
Norte	3,04%	2,70%	4,44%	2,70%	1,38%	1,60%	2,11%	2,10%
Nordeste	12,66%	11,10%	4,57%	4,40%	8,81%	9,60%	14,40%	14,50%
Centro								
Oeste	4,36%	3,90%	6,84%	7,20%	2,14%	2,50%	3,07%	2,80%
Sul	14,91%	14,30%	54,23%	50,10%	10,27%	12,80%	17,72%	17,70%
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

(a) Refere-se aos ramos conforme elencados na Circular SUSEP Nº 395 de 2 de dezembro de 2009, que representam 16,5% (17,2% em 2015) do total de prêmios da Companhia. (b) Refere-se aos ramos de seguro de vida individual e auxílio funeral.

4.2. Riscos de subscrição: Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Os produtos de Vida e Previdência têm seus riscos de precificação e provisões associados às expectativas de mortalidade/sobrevivência do participante dos planos no momento da contratação. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação das provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia.

4.2.1. Risco de precificação: Atualmente, a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em riscos, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado aos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. O PARP é um procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas as áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, jurídica, de planejamento estratégico e visão do cliente além das áreas de gestão de riscos corporativos e de sustentabilidade. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas em cada linha de negócio para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações, pode-se destacar: programas de bônus; centros especializados de atendimento de sinistros; processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição, é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas ainda ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas.

Análise de sensibilidade em Pessoas: As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos de oscilações no resultado e no patrimônio líquido para os negócios de pessoas, antes e depois da contratação de resseguros.

	2015	
	Com efeito de resseguro	Sem efeito de resseguro
Premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(9.938)	(5.797)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(4.201)	(2.451)
Aumento de 5% nos custos de comercialização	(6.115)	(3.567)
Redução de 5% na sinistralidade	9.843	5.742
Redução de 5% nas despesas administrativas	4.201	2.451
Redução de 5% nos custos de comercialização	6.115	3.567

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **Análise de sensibilidade em Previdência:**

	2016	
	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Premissas		
Acréscimo de 5% nas despesas administrativas	(1.096)	(603)
Acréscimo de 5% no resgate	222	122
Acréscimo de 5% na mortalidade	7.377	4.058
Acréscimo de 5% no cancelamento	55	30
Acréscimo de 5% na taxa de juros	12.378	6.808
Decréscimo de 5% nas despesas administrativas	1.096	603
Decréscimo de 5% no resgate	(223)	(122)
Decréscimo de 5% na mortalidade	(7.714)	(4.243)
Decréscimo de 5% no cancelamento	(39)	(22)
Decréscimo de 5% na taxa de juros	(12.895)	(7.092)

Administrativo:

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Provisão de sinistros contabilizada	109,93	107,92	89,86	95,12	96,57	99,37	103,27	106,35	96,20	90,43	84,93
Efeito do desconto financeiro	(4,50)	(4,06)	(6,60)	(6,66)	(6,94)	(5,93)	(4,72)	(4,37)	(3,77)	(3,78)	(4,63)
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	114,43	111,98	96,46	101,78	103,51	105,30	107,99	110,72	99,97	94,21	89,56
Estimativa de sinistros acumulada:											
No final do ano	114,43	111,98	96,46	101,78	103,51	105,30	107,99	110,72	99,97	94,21	89,56
Um ano depois	99,05	80,69	107,56	101,22	103,57	118,39	141,50	105,50	90,69	90,49	—
Dois anos depois	88,82	86,84	107,46	94,83	102,81	130,21	145,50	107,11	93,70	—	—
Três anos depois	97,40	86,73	102,33	92,11	109,64	131,99	148,75	108,55	—	—	—
Quatro anos depois	97,81	83,37	101,33	96,92	110,59	134,42	150,27	—	—	—	—
Cinco anos depois	95,97	83,31	105,61	97,02	113,03	135,85	—	—	—	—	—
Seis anos depois	96,07	87,56	106,06	98,77	114,32	—	—	—	—	—	—
Sete anos depois	100,03	88,10	107,05	100,00	—	—	—	—	—	—	—
Oito anos depois	100,68	88,98	108,19	—	—	—	—	—	—	—	—
Nove anos depois	101,66	89,71	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dez anos depois	102,15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2016	102,15	89,71	108,19	100,00	114,32	135,85	150,27	108,55	93,70	90,49	89,56
Pagamentos já realizados até 31/12/2016	100,80	88,01	106,23	96,93	109,48	128,84	140,97	96,40	77,11	63,09	—
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2016	1,35	1,70	1,96	3,07	4,84	7,01	9,30	12,15	16,59	27,40	89,56

A evolução dos sinistros administrativos não considera, em 31/12/2016, R\$1,7 milhões (R\$2,2 milhões em 2015) de ULAE, R\$0,6 milhões (R\$8,7 milhões em 2015) de sinistros de vida individual em regime de capitalização e R\$2,1 milhões (R\$2,6 milhões em 2015) de retrocessão e R\$ 1,2 milhões (R\$ 1,1 milhões em 2015) de pecúlios, pensões e rendas por invalidez relacionadas à Previdência. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total de sinistros, como pode ser visto na tabela acima. **Judicial:** A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros citados em relação a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Provisão de sinistros contabilizada	152,83	124,96	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72	102,87	118,55
Efeito do desconto financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros sem desconto financeiro	152,83	124,96	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72	102,87	118,55
Estimativa de sinistros acumulada:									
No final do ano	152,83	124,96	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72	102,87	118,55
Um ano depois	126,74	143,73	121,40	98,57	105,48	107,53	113,40	123,86	-
Dois anos depois	151,72	131,27	116,18	109,68	104,80	112,28	135,76	-	-
Três anos depois	139,77	125,69	122,29	107,27	111,10	136,03	-	-	-
Quatro anos depois	132,99	134,47	120,01	115,92	131,53	-	-	-	-
Cinco anos depois	136,91	130,22	127,30	131,84	-	-	-	-	-
Seis anos depois	133,11	134,35	136,89	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	139,32	143,72	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	148,18	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa de sinistros atualizada até 31/12/2016	148,18	143,72	136,89	131,84	131,53	136,03	135,76	123,86	118,55
Pagamentos já realizados até 31/12/2016	119,93	111,52	101,02	83,04	73,71	66,96	52,81	27,93	-
Sinistros pendentes de pagamento em 31/12/2016	28,25	32,20	35,87	48,80	57,82	69,07	82,95	95,93	118,55

a evolução de sinistros judiciais representa sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 31/12/2016, R\$ 27,6 milhões (R\$ 63,5 milhões em 2015) de IBNR Judicial.

4.3. Riscos de mercado: Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos – ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódico. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e Stress test podem ser observados na nota 6.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2016 e 2015:

Alocação dos investimentos (a):

	2016	2015
Renda variável (a)	15	12
Indexados a inflação (a)	92.696	127.244

(a) Os valores referentes às operações de planos PGBL e VGBL não figuram na tabela, pois não apresentam risco de mercado. A sensibilidade do risco residual no resultado calculada através da metodologia Value at Risk (VaR) foi de R\$266 (R\$399 em 2015).

4.3.2. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função

Indexador	2016	2015
SELIC/CDI	290.229	313.871
IGPM	1.204.462	1.126.577
IPCA	217.502	220.701
Pré-fixado	54.014	6.777
Ações	15	12
Outros	503	-
Total	1.766.725	1.661.838

	2016										
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
Instrumentos Financeiros											
Aplicações Financeiras	17.414	135.262	92.250	494.010	154.084	886.856	1.779.876	1.909.541	129.665	-	1.766.725
Valor justo por meio do resultado	17.302	15.456	52.361	60.936	1.534	-	147.589	147.493	(96)	-	147.493
Disponível para venda	112	13.505	39.889	156.924	152.432	13.370	376.232	363.177	(13.055)	-	363.177
Mantido até o vencimento	-	106.301	-	276.150	118	873.486	1.256.055	1.398.871	142.816	-	1.256.055
Seguros e resseguros											
Provisões técnicas	-	602.185	68.728	360.663	284.545	312.365	-	-	-	8.224	1.636.710
Ativos de resseguros	-	3.128	93	861	1.289	573	-	-	-	-	5.944
Passivos											
Seguros (a)	-	250.614	16.741	53.718	62.079	23.668	-	-	-	-	406.820
Previdência (b)	-	354.699	52.080	307.806	223.755	289.270	-	-	-	8.224	1.235.834

	2015 (Reapresentado)										
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
Instrumentos Financeiros											
Aplicações Financeiras	12.937	85.496	160.023	205.496	384.884	836.197	1.685.039	1.743.330	58.297	-	1.661.838
Valor justo por meio do resultado	12.841	36.760	6.598	100.201	309	-	156.709	156.625	(84)	-	156.625
Disponível para venda	96	48.736	55.155	105.295	131.494	12.594	353.370	330.259	(23.111)	-	330.259
Mantido até o vencimento	-	-	98.270	-	253.081	823.603	1.174.954	1.256.446	81.492	-	1.174.954
Seguros e resseguros											
Provisões técnicas	-	586.562	69.698	340.579	268.446	296.632	-	-	-	15.194	1.577.111
Ativos de resseguros	-	4.751	606	810	510	-	-	-	-	-	6.677
Passivos											
Seguros (a)	-	222.372	20.883	48.931	56.767	24.241	-	-	-	6.356	379.550
Previdência (b)	-	368.941	49.421	292.458	212.189	272.391	-	-	-	8.838	1.204.238

(a) A coluna "Outras" é composta principalmente, pelos seguintes itens: R\$6.356 de outras provisões técnicas em 2015, (b) A coluna "Outras" é composta principalmente, pelos seguintes itens: R\$8.224 de outras provisões técnicas em 2016 (R\$8.838 em 2015). A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que os ativos classificados como valor justo por meio do resultado e disponíveis para a venda possuem liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas.

4.4. Riscos de crédito: Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos poderiam se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou os resseguradores com quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamentos dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente.

4.4.1. Alocação dos investimentos: A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2016 99,6% (99,7% em 2015) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo metodologia interna da Companhia.

	Resultado antes dos impostos	2015 Resultado após impostos
Premissas		
Acréscimo de 5% nas despesas administrativas	(981)	(589)
Acréscimo de 5% no resgate	175	105
Acréscimo de 5% na mortalidade	5.452	3.271
Acréscimo de 5% no cancelamento	26	15
Acréscimo de 5% na taxa de juros	12.003	7.202
Decréscimo de 5% nas despesas administrativas	981	589
Decréscimo de 5% no resgate	(176)	(105)
Decréscimo de 5% na mortalidade	(5.691)	(3.414)
Decréscimo de 5% no cancelamento	(19)	(12)
Decréscimo de 5% na taxa de juros	(12.557)	(7.534)

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior.

4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas: A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para a gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar: • Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas; e • Controles através de modelos estatísticos para avaliar oscilações periódicas discrepantes nas provisões. A evolução das provisões de sinistros contabilizada é apresentada na tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento até a data-base destas demonstrações financeiras dos sinistros ocorridos em relação a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores. A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

RS milhões								
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
99,86	95,12	96,57	99,37	103,27	106,35	96,20	90,43	84,93
(6,60)	(6,66)	(6,94)	(5,93)	(4,72)	(4,37)	(3,77)	(3,78)	(4,63)
96,46	101,78	103,51	105,30	107,99	110,72	99,97	94,21	89,56
96,46	101,78	103,51	105,30	107,99	110,72	99,97	94,21	89,56
70,56	101,22	103,57	118,39	141,50	105,50	90,69	90,49	—
70,46	94,83	102,81	130,21	145,50	107,11	93,70	—	—
32,33	92,11	109,64	131,99	148,75	108,55	—	—	—
31,33	96,92	110,59	134,42	150,27	—	—	—	—
35,61	97,02	113,03	135,85	—	—	—	—	—
36,06	98,77	114,32	—	—	—	—	—	—
37,05	100,00	—	—	—	—	—	—	—
38,19	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—
38,19	100,00	114,32	135,85	150,27	108,55	93,70	90,49	89,56
36,23	96,93	109,48	128,84	140,97	96,40	77,11	63,09	—
1,96	3,07	4,84	7,01	9,30	12,15	16,59	27,40	89,56

R\$ milhões								
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
52,83	124,96	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72	102,87	118,55
—	—	—	—	—	—	—	—	—
52,83	124,96	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72	102,87	118,55
52,83	124,96	138,83	106,48	94,36	108,95	102,72	102,87	118,55
26,74	143,73	121,40	98,57	105,48	107,53	113,40	123,86	—
51,72	131,27	116,18	109,68	104,80	112,28	135,76	—	—
39,77	125,69	122,29	107,27	111,10	136,03	—	—	—
32,99	134,47	120,01	115,92	131,53	—	—	—	—
36,91	130,22	127,30	131,84	—	—	—	—	—
33,11	134,35	136,89	—	—	—	—	—	—
39,32	143,72	—	—	—	—	—	—	—
48,18	—	—	—	—	—	—	—	—
48,18	143,72	136,89	131,84	131,53	136,03	135,76	123,86	118,55
19,93	111,52	101,02	83,04	73,71	66,96	52,81	27,93	—
28,25	32,20	35,87	48,80	57,82	69,07	82,95	95,93	118,55

(a) Os valores referentes às operações de planos PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) na fase de acumulação de benefícios no montante de R\$4,7 bilhões (R\$4,0 bilhões em 2015) não figuram na tabela tendo em vista que o risco de mercado correspondente a estes investimentos são dos participantes. Também não foi considerado o montante de R\$19 milhões em 2016 (R\$14,6 milhões em 2015) referente aos planos de PGBL e VGBL em fase de concessão de benefícios, pois o risco de mercado correspondente a esta parcela foi considerado inexpressivo. Em relação ao risco presente na concentração de receita em outras moedas, a Companhia não possui parcelas expressivas de emissões de prêmios em moeda estrangeira em sua carteira.

4.3.1. Exposição residual: A exposição residual reflete o descasamento entre os ativos e passivos após estudos de ALM, com o objetivo otimizar a alocação de ativos financeiros levando em consideração as características do passivo (como volume, indexador, vencimento, taxa de juros, entre outros), buscando um casamento entre fluxos, para mitigar o risco de mercado. A tabela a seguir apresenta a exposição residual em módulo ao risco, de renda variável e inflação.

Exposição ao risco de renda variável e inflação	2016	2015
Renda variável (a)	15	12
Indexados a inflação (a)	92.696	127.244

(a) Os valores referentes às operações de planos PGBL e VGBL não figuram na tabela, pois não apresentam risco de mercado. A sensibilidade do risco residual no resultado calculada através da metodologia Value at Risk (VaR) foi de R\$266 (R\$399 em 2015). **4.3.2. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A política de investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2016 e 2015.

							2016	
02 Até os	Mais de 05 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil	
10	154.084	886.856	1.779.876	1.909.541	129.665	–	1.766.725	
36	1.534	–	147.589	147.493	(96)	–	147.493	
24	152.432	13.370	376.232	363.177	(13.055)	–	363.177	
50	118	873.486	1.256.055	1.398.871	142.816	–	1.256.055	
63	284.545	312.365	–	–	–	8.224	1.636.710	
61	1.289	573	–	–	–	–	5.944	
18	62.079	23.668	–	–	–	–	406.820	
06	223.755	289.270	–	–	–	8.224	1.235.834	

02 os	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	2015 (Reapresentado)		
					Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
96	384.884	836.197	1.685.033	1.743.330	58.297	-	1.661.838
01	309	-	156.709	156.625	(84)	-	156.625
95	131.494	12.594	353.370	330.259	(23.111)	-	330.259
-	253.081	823.603	1.174.954	1.256.446	81.492	-	1.174.954
79	268.446	296.632	-	-	-	15.194	1.577.111
10	510	-	-	-	-	-	6.677
31	56.767	24.241	-	-	-	6.356	379.550
58	212.189	272.391	-	-	-	8.838	1.204.238

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

			2016			2015
Descrição	Prêmio direto	Cosseguro	Total	Prêmio direto	Cosseguro	Total
De 01 a 30 dias	6.295	—	6.295	2.190	—	2.190
De 31 a 60 dias	175	—	175	119	242	361
De 61 a 120 dias	203	—	203	182	6	188
De 121 a 180 dias	191	—	191	275	59	334
De 181 a 365 dias	100	—	100	75	438	513
Acima de 365 dias	285	—	285	140	3.562	3.702
Subtotal	7.249	—	7.249	2.981	4.307	7.288
Total			7.249			7.288

14. Provisões técnicas de seguros e previdência complementar: 14.1. Movimentação das provisões técnicas de seguros: Danos:

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR		Total
Saldo em 01/01/2015		2.145	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas		(15)	
Avisados / alterações		485	
Saldo em 31/12/2015		2.615	2.615
Total		2.615	2.615
Circulante			

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR		Total
Saldo em 31/12/2015		2.615	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas		(507)	
Atualização monetária / juros		29	
Saldo em 31/12/2016 (a)		2.137	2.137
Total		2.137	2.137
Circulante			2.137

(a) Apesar da Companhia operar somente com seguros de pessoas e previdência, existem provisões técnicas classificadas na categoria “Danos” oriundas de operações de retrocessões aceitas. Pessoas:

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR		Total
Saldo em 01/01/2015	59.687	211.601	
Emissões	417.653	—	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(78.926)	(227.467)	
Prêmios ganhos	(352.457)	—	
Avisados / alterações	—	213.331	
Atualização monetária / juros	—	17.433	
Variação do IBNR	—	305	
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	45.957	215.203	261.160
Outras provisões (a)			47.105
Total			308.265
Circulante			162.080
Não Circulante			146.185

	Provisão de sinistros a liquidar, sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR e de despesas relacionadas – PDR		Total
Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	45.957	215.203	
Emissões	372.761	—	
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(48.797)	(186.554)	
Prêmios ganhos	(332.340)	—	
Avisados / alterações	—	164.436	
Atualização monetária / juros	—	19.399	
Variação do IBNR	—	(2.472)	
Saldo em 31/12/2016	37.581	210.012	247.593
Outras provisões (a)			54.186
Total			301.779
Circulante			151.899
Não Circulante			149.880

(a) O montante total está representado pela PCC, conforme nota 3.7. Vida individual:

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
Saldo em 01/01/2015	29.561	25.094	15.010	
Emissões	78.729	—	—	
Pagamentos/ cancelamentos/ resgates	(8.616)	(237.311)	—	
Prêmios ganhos	(64.541)	—	—	
Avisados / alterações	—	236.066	(73)	
Atualização monetária / juros	—	1.007	—	
Variação do IBNR	—	1.734	—	
Saldo em 31/12/2015	35.133	26.590	14.937	76.660
Outras provisões				5.460
Total				82.120
Circulante				72.613
Não Circulante				9.507

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
Saldo em 31/12/2015	35.133	26.590	14.937	
Emissões	94.821	—	—	
Pagamentos/ cancelamentos/ resgates	(29.641)	(330.391)	—	
Prêmios ganhos	(63.366)	—	—	
Avisados / alterações	—	321.387	(4.526)	
Atualização monetária / juros	—	1.193	—	
Variação do IBNR	—	541	—	
Saldo em 31/12/2016	36.947	19.320	10.411	66.678
Outras provisões				703
Total				67.381
Circulante				61.055
Não Circulante				6.326

Vida com cobertura de sobrevivência:

	Provisão de despesas relacionadas – IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo em 01/01/2015	1.356	1.345.456	1.370	
Adições	—	417.936	—	
Resgates/ benefícios/ portabilidade	—	(235.931)	(711)	
Avisados / alterações	(106)	(1.054)	(33)	
Transferências	—	(738)	738	
Atualização monetária / juros	219	190.390	159	
Saldo em 31/12/2015	1.469	1.716.059	1.523	1.719.051
Outras provisões				23
Total				1.719.074
Circulante				343.455
Não Circulante				1.375.619

	Provisão de despesas relacionadas – IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
Saldo em 31/12/2015	1.469	1.716.059	1.523	
Adições	—	517.172	—	
Resgates/ benefícios/ portabilidade	—	(362.543)	(3.742)	
Avisados / alterações	(645)	(632)	77	
Transferências	—	(3.725)	3.725	
Atualização monetária / juros	173	221.729	142	
Saldo em 31/12/2016	997	2.088.060	1.725	2.090.782
Outras provisões				4.001
Total				2.094.783
Circulante				422.609
Não Circulante				1.672.174

A PSL contempla sinistros em disputa judicial relacionados, principalmente, à negativa de coberturas fundamentada na ausência de enquadramento nas condições contratuais, que basicamente referem-se às cláusulas de “invalidez permanente total por doença” e “invalidez permanente total ou parcial por acidente”. Em 31/12/2016 e 2015, a posição de sinistros em disputa judicial é a seguinte:

	2016			2015		
	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado	Quantidade	Valor de abertura	Valor provisionado
Até 02 Anos	1.087	78.606	23.656	1.165	99.588	32.119
02 a 05 Anos	900	110.671	38.447	912	99.445	39.490
05 a 10 Anos	374	61.698	31.375	362	44.222	22.246
Mais de 10 Anos	161	47.578	25.127	138	31.497	15.733
Total	2.522	298.553	118.605	2.577	274.752	109.588

Em 31/12/2016, o valor em discussão dos sinistros em processos judiciais cíveis especiais, cuja probabilidade de perda é classificada como “possível” é de R\$28.106 (R\$26.504 em 2015), com resseguro de R\$3.054 (R\$2.713 em 2015), que representa um valor residual de R\$25.052 (R\$23.791 em 2015).

14.2. Movimentações das provisões técnicas de previdência complementar:

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão complementar de cobertura	Total
Saldo em 01/01/2015	2.689.958	369.031	23.151	
Constituições / (reversões)	239.720	6.848	10.526	
Portabilidade de entrada	146.128	—	—	
Portabilidade de saída	(165.822)	—	—	
Resgates	(164.729)	—	—	
Benefícios	—	(58.209)	—	
Atualização monetária / juros	325.707	60.067	—	
Transferências	(25.728)	25.728	—	
Saldo em 31/12/2015	3.045.234	403.465	33.677	3.482.376
Outras				12.614
Total				3.494.990
Circulante				822.507
Não circulante				2.672.483

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão complementar de cobertura	Total
Saldo em 31/12/2015	3.045.234	403.465	33.677	3.482.376
Outras				12.614
Total				3.494.990
Circulante				822.507
Não circulante				2.672.483

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão complementar de cobertura	Total
Saldo em 31/12/2015	3.045.234	403.465	33.677	3.482.376
Outras				12.614
Total				3.494.990
Circulante				822.507
Não circulante				2.672.483

	Provisão matemática de benefícios a conceder	Provisão matemática de benefícios concedidos	Provisão complementar de cobertura	Total
Saldo em 31/12/2015	3.045.234	403.465	33.677	3.482.376
Constituições / (reversões)	240.239	9.206	8.177	
Portabilidade de entrada	153.741	—	—	
Portabilidade de saída	(244.392)	—	—	
Resgates	(190.056)	—	—	
Benefícios	—	(71.633)	—	
Atualização monetária / juros	421.907	55.366	—	
Transferências	(41.835)	41.835	—	
Saldo em 31/12/2016	3.384.838	438.239	41.854	3.864.931
Outras				13.213
Total				3.878.144
Circulante				916.207
Não circulante				2.961.937

14.3. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem as seguintes coberturas:

	2016	2015
Descrição		
Provisões técnicas de seguros	2.466.080	2.112.074
Ajuste (a)	—	3.979
Provisões técnicas de seguros	2.466.080	2.108.095
Provisões técnicas de previdência complementar	3.878.144	3.494.990
Efeito monetário (a)	85.503	54.384
Total das provisões técnicas	6.429.727	5.657.469
(-) Ativos de resseguro - provisões técnicas	4.161	5.983
(-) Depósitos judiciais	23.364	18.173
(-) Direitos creditórios	47.100	—
(-) Depósitos especiais/ Provisões retidas - IRB	262	262
Montante a ser garantido	6.354.840	5.633.051
Ativos dados em garantia:		
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	16.687	12.949
Cotas de fundos de investimentos exclusivos	871.055	854.046
Cotas de fundos especialmente constituídos	4.701.570	4.023.276
Títulos de renda fixa - Públicos	874.566	687.529
Títulos de renda fixa - Privados	3.898	107.302
Efeito monetário (b)	85.503	54.384
Total de ativos	6.553.279	5.739.486
Ativos vinculados em excesso	198.439	106.435

(a) Conforme nota de reapresentação (2.2). (b) O valor de R\$85.503 é a parcela apurada no Teste de Adequação dos Passivos, coberta pela diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados na categoria “mantidos até o vencimento”. 15. Partes relacionadas: 15.1. Transações: Os principais saldos de ativos e passivos relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são relativos a operações de transações da Companhia com as empresas sob administração comum e profissionais-chaves da administração, para os respectivos tipos de operações.

			Ativo	Passivo
Descrição	Categoria	Controladora	2016	2015
Sul América S.A. (h)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	—	—
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (f)	Controladora indireta	Sul América S.A.	—	—
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (d) (e) (f) (l) (m)	Controladora direta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	390	13
Sul América Companhia de Seguros Gerais (a) (b)	Ligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	—
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (b) (d) (g)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (a) (b) (g)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	—	—
Sul América Odontológico S.A. (a) (b) (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (d) (f) (l)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	72	—
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	13	—
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b) (f) (i)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—
Sul América Saúde Companhia de Seguros (a) (b) (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (a) (b) (k)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	341	495
Swiss Re Brasil Resseguros S.A. (j)	Ligada	Outros	—	—
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (c)	Outros	Outros	—	—
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (c)	Outros	Outros	—	—
Gouvea Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	—	—
Gouvea Vieira Advogados Associados (c)	Outros	Outros	—	—
Total			816	845

			Reculta	Despesa
Descrição	Categoria	Controladora	2016	2015
Sul América S.A. (h)	Controladora indireta	Sulasapar Participações S.A.	—	—
Saepar Serviços e Participações S.A. (a) (b) (f)	Controladora indireta	Sul América S.A.	18	24
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (d) (e) (f) (l) (m)	Controladora direta	Sul América Companhia Nacional de Seguros	3.446	1.156
Sul América Companhia de Seguros Gerais (a) (b)	Ligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	4
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a) (b) (d) (g)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (a) (b) (g)	Ligada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	26	15
Sul América Odontológico S.A. (a) (b) (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	27	18
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (b) (d) (f) (l)	Controladora indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	861	794
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	—
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (b) (f) (i)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	79	75
Sul América Saúde Companhia de Seguros (a) (b) (f)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	3
Sul América Capitalização S.A. – SULACAP (a) (b) (k)	Ligada	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	4.385	80
Swiss Re Brasil Resseguros S.A. (j)	Ligada	Outros	—	1.680
Escritório de Advocacia Gouvea Vieira (c)	Outros	Outros	—	—
J.H. Gouvea Vieira Escritório de Advocacia (c)	Outros	Outros	—	—
Gouvea Vieira Advocacia (c)	Outros	Outros	—	—
Gouvea Vieira Advogados Associados (c)	Outros	Outros	—	—
Total			8.842	4.051

(a) Valor referente ao plano de previdência complementar oferecido a todos os colaboradores; (b) Valor referente ao seguro de vida grupal oferecido a todos os colaboradores; (c) Valor referente aos serviços prestados de consultoria e acompanhamento dos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributário. Estes contratos são renovados anualmente e liquidados mensalmente; (d) Valor referente ao reembolso de aluguel de imóveis; (e) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos entre acionistas, titulares ou sócios; (f) Valor referente às transações emisso

continuação

Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. | CNPJ 01.704.513/0001-46

17.1. Depósitos judiciais e fiscais:

Descrição	2016	2015
Fiscais:		
COFINS	25.273	23.594
PIS	43	40
CSLL	30.764	25.848
IRPJ	6.765	6.249
INSS	78.189	72.171
Subtotal	141.034	127.902
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	1.282	3.135
Ações cíveis	69.332	63.417
Subtotal	70.614	66.552
Total	211.648	194.454
Não circulante	211.648	194.454

17.2. Movimentação das provisões para ações judiciais e obrigações fiscais:

	Saldo em 01/01/2015	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	57.082	14.229	8.392	(24.291)	55.412
Honorários	5.743	1.223	–	(1.618)	5.348
Trabalhistas	2.696	116	281	(425)	2.668
Outros	1.186	202	(73)	(99)	1.216
Subtotal	66.707	15.770	8.600	(26.433)	64.644
Tributárias: (a)					
PIS	38	–	2	–	40
COFINS	19.159	–	1.357	–	20.516
CSLL	19.640	1.417	2.209	–	23.266
IRPJ	5.105	–	512	(347)	5.270
INSS	71.685	1.506	5.082	(5.223)	73.050
Honorários	656	521	76	–	1.253
Subtotal	116.283	3.444	9.238	(5.570)	123.395
Total	182.990	19.214	17.838	(32.003)	188.039
Circulante					12.429
Não Circulante					175.610

	Saldo em 31/12/2015 (Reapresentado)	Adições	Atualização monetária	Pagamentos / baixas	Saldos em 31/12/2016
Cíveis e trabalhistas:					
Cíveis	55.412	18.914	6.146	(12.552)	67.920
Honorários	5.348	1.871	–	(642)	6.577
Trabalhistas	2.668	279	408	(69)	3.286
Outros	1.216	446	(38)	(306)	1.318
Subtotal	64.644	21.510	6.516	(13.569)	79.101
Tributárias: (a)					
PIS	40	–	3	–	43
COFINS	20.516	–	1.488	–	22.004
CSLL	23.266	1.867	2.946	–	28.079
IRPJ	5.270	–	506	–	5.776
INSS	73.050	–	5.412	(272)	78.190
Honorários	1.253	69	90	–	1.412
Subtotal	123.395	1.936	10.445	(272)	135.504
Total	188.039	23.446	16.961	(13.841)	214.605
Circulante					12.607
Não Circulante					201.998

(a) Inclui as obrigações fiscais, que em 31/12/2016 são de R\$57.317 (R\$50.512 em 2015), registradas no passivo não circulante, na rubrica “Obrigações a pagar” (vide nota 11.1). 17.3. Obrigações fiscais: As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais da Companhia, em 31/12/2016 e 2015, são: **COFINS:** A Companhia questiona judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidente sobre as receitas geradas nas atividades de seguro e previdência e outras receitas. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda sobre a majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e previdência privada e, possível, sobre outras receitas. Os valores questionados no passado estavam sendo depositados judicialmente e provisionados e, atualmente, as companhias estão recolhendo a contribuição majorada em 1% incidente sobre as receitas da atividade. **IRPJ:** A partir de 01/01/1997, a despesa de contribuição social tornou–se indedutível na base de cálculo do imposto de renda. Em decorrência da alteração mencionada, a Companhia impetrou mandado de segurança, obtendo liminar com depósito judicial, assegurando a dedutibilidade da contribuição na apuração do imposto de renda. Em maio de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o dispositivo legal que obsteu a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. Os valores questionados encontram–se depositados judicialmente e provisionados em sua totalidade. Cumpre ressaltar que a partir de 2013 a Companhia passou a tributar a despesa de contribuição social na base de cálculo do imposto de renda. Os advogados patrocinadores da causa reputam a probabilidade de perda como provável. **CSLL:** Com a edição da Lei nº 11.727/2008, a Companhia ficou sujeita a majoração de 6% da alíquota da Contribuição Social a partir de maio de 2008, passando a alíquota de 9% para 15%. Nesse sentido, a Companhia passou a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando judicialmente os valores questionados. Os advogados que patrocinam a causa reputam como possível a perda na demanda. 17.4. Provisões judiciais: A principal ação com provisão judicial em 31/12/2016 e 2015 é: **INSS:** A Companhia vinha questionando e depositando judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros e os serviços médicos não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, Artigo 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisionados em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda. No mês de junho de 2015, a Companhia decidiu passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão. 17.5. Contingências: Em 31/12/2016 e 2015, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2016	2015
Fiscais	61.324	50.656
Cíveis	246	185
Trabalhistas	143	130
Total	61.713	50.971

Na avaliação da Administração sobre a possibilidade de saída de recursos nos processos judiciais fiscais, o montante provisionado de R\$28.115 (R\$23.474 em 2015) refere–se a obrigações legais. 18. Patrimônio líquido: 18.1. Capital social: O capital social da Companhia em 31/12/2016 e 2015 é de R\$227.551, dividido em 29.630.262 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e totalmente integralizadas. 18.2. Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 10.303/2001, até o limite de 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social. 18.3. Reserva estatutária: Constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social destinada à expansão de negócios sociais, após as destinações para reserva legal, de lucros e de contingências, quando for o caso, além de dividendos, não podendo exceder o montante do capital social. Uma vez atingido tal limite, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. 18.4. Ajuste de avaliação patrimonial: A rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda,

relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. 18.5. Política de distribuição de dividendos: O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor. O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 21/06/2016 e rratificou em 10/08/2016 a distribuição de dividendos intermediários, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 31/05/2016, no montante de R\$20.000 à razão de R\$0,6749 por ação, para pagamento aos acionistas a partir de 17/04/2017, podendo ser antecipado por deliberação do Conselho de Administração. Ainda, o Conselho de Administração da Companhia aprovou em 29/09/2016 uma nova distribuição de dividendos intermediários, com base no saldo da reserva estatutária destinada à expansão dos negócios sociais apurado em 30/06/2016, no montante de R\$10.000 à razão de R\$0,3374 por ação, pago aos acionistas em 29/09/2016. 18.6. Distribuição do resultado: Em 31/12/2016 e 2015, a distribuição de resultados é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Lucro antes dos impostos e participações	35.780	22.711
(–) Impostos e contribuições	(14.799)	(5.242)
(–) Participações	(2.449)	(2.503)
Lucro líquido do exercício	18.532	14.966
(–) Constituição da reserva legal (5%)	(927)	(748)
Lucro líquido ajustado	17.605	14.218
Dividendos obrigatórios		
25% do Lucro líquido ajustado	4.401	3.555
(–) Dividendos antecipados imputados nos dividendos obrigatórios	4.401	3.555
Saldo dos dividendos obrigatórios	–	–
Dividendos adicionais propostos pagos – conforme aprovado pela RCA de 30/09/2015	–	10.663
Saldo dos dividendos obrigatórios propostos	–	–
Destinação:		
Constituição de reserva estatutária	13.204	–

19. Detalhamento das contas de resultado: 19.1. Principais ramos de atuação:

	2016	2015 (Reapresentado)				
Descrição	Prêmios Ganhos	Sinistra-lidade	Comis-mento	Prêmios Ganhos	Sinistra-lidade	Comis-mento
Vida	218.873	51,40%	18,70%	249.548	66,10%	15,70%
Acidentes Pessoais	121.775	29,60%	39,80%	119.138	27,00%	38,60%
Prestamista (exceto Habitacional e Rural)	35.993	27,10%	51,90%	38.453	21,70%	51,90%
Outros	41.135	9,20%	11,20%	30.647	19,50%	7,30%
Total	417.776			437.786		

19.2. Sinistros ocorridos:

	2016	2015 (Reapresentado)
Descrição	2016	(Reapresentado)
Sinistros	(165.077)	(212.157)
Despesas com benefícios	(1.906)	(3.444)
Recuperação de sinistros	2.943	5.392
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados	1.931	(1.831)
Total	(162.109)	(212.040)

19.3. Custos de aquisição:

Descrição	2016	2015
Comissões:		
Sobre prêmios	(119.736)	(135.134)
Sobre agenciamento	(2.462)	(1.811)
Sobre prêmios cancelados e restituídos	14.489	34.343
Sobre prêmios cedidos	212	2.900
Variação de custos de aquisição diferidos	(4.454)	(7.219)
Total	(111.951)	(106.921)

19.4. Outras receitas e despesas operacionais:

Descrição	2016	(Reapresentado)
Despesas com operações de seguros	(7.953)	(4.749)
Constituição de provisão para ações judiciais cíveis e outras operações de seguros	(19.956)	(8.229)
Despesas com pró-labore	(16.777)	(17.896)
Reversão / (constituição) da provisão para riscos de crédito	(594)	(13.776)
Despesas com administração de seguros e resseguros	(1.177)	(1.037)
Outras operações de seguros	(7.439)	(8.106)
Total	(53.896)	(53.793)

19.5. Resultado com resseguro:

Descrição	2016	2015
Operações de seguros		
Receita com resseguro		
Indenizações e despesas com sinistros de resseguros	7.679	13.137
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	(2.615)	(208)
Receitas com participação em lucros	(787)	4.472
Total	4.277	17.401
Despesa com resseguro		
Prêmios de resseguros	(12.372)	(9.198)
Variação das provisões técnicas de resseguros	1.089	694
Total	(11.283)	(8.504)
Resultado líquido na operação de resseguro em seguro	(7.006)	8.897
Operações de previdência complementar		
Receita com resseguro		
Benefícios de resseguros	–	165
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	–	(29)
Total	–	136
Despesa com resseguro		
Contribuições	(335)	(288)
Total	(335)	(288)
Resultado líquido na operação de resseguro em previdência complementar	(335)	(152)

19.6. Receitas de contribuições e prêmios de VGBL:

	2016	2015
Rendas de contribuições e prêmios		
Prêmios diretos – VGBL e VRGP	279.104	225.897
Planos de renda – Aposentadoria – Capitalização	30.272	30.695
Planos de contribuição variável	214.295	213.235
Subtotal	523.671	469.827
Constituição da provisão de benefícios a conceder		
Prêmios diretos – VGBL e VRGP	(275.236)	(224.967)
Planos de renda – Aposentadoria – Capitalização	(6.580)	(14.551)
Planos de contribuição variável	(194.469)	(202.098)
Subtotal	(476.285)	(441.616)
Total	47.386	28.211

19.7. Despesas administrativas:

Descrição	2016	2015
Pessoal próprio	(25.177)	(27.808)
Incentivo em ações (a)	(309)	(778)
Serviços de terceiros	(65.248)	(60.194)
Localização e funcionamento	(9.844)	(8.046)
Publicidade e propaganda	(3.137)	(1.042)
Outras despesas administrativas (b)	3.874	(5.575)
Total	(99.841)	(103.443)

(a) Valor de incentivo de ações (stock options), conforme nota 15.2. (b) Valor inclui reversão de PPR e realinhamento de provisão para bloqueio judicial. Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica Pessoal Próprio, estão representados de forma detalhada na tabela a seguir:

Descrição	2016	2015
Remunerações	(13.623)	(13.691)
Encargos sociais	(5.035)	(5.311)
Indenizações e rescisões	(1.416)	(1.193)
Vale alimentação, refeição e transporte	(2.325)	(2.050)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(961)	(360)
Previdência Privada	(157)	(231)
Outros benefícios	(185)	(248)
Total	(23.702)	(23.084)

19.8. Resultado financeiro: 19.8.1. Resultado financeiro por categoria:

Descrição	2016	2015
Títulos e valores mobiliários	787.375	670.909
Valor justo por meio do resultado	596.408	426.120
Disponível para venda	45.934	48.689
Mantido até o vencimento	145.033	196.100
Operações de seguros – previdência e VGBL	(701.868)	(578.407)
Operações de seguros – outros	(26.306)	(18.681)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	853	(3.944)
Outros	1.803	(428)
Total	61.857	69.449

19.8.2. Receitas financeiras:

Descrição	2016	2015
Valorização de quotas de fundos de investimentos	998.644	991.077
Títulos de renda fixa – privados	6.741	13.904
Títulos de renda fixa – públicos	112.992	116.599
Operações de seguros	1.561	2.369
Juros e variação monetária sobre ações e depósitos judiciais	14.056	11.295
Outras	4.288	1.964
Total	1.138.282	1.137.208

19.8.3. Despesas financeiras:

Descrição	2016	2015
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(331.002)	(450.671)
Operações de seguros	(27.867)	(21.050)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações e obrigações fiscais	(13.203)	(15.239)
Atualização monetária e juros das provisões técnicas – operações de previdência e VGBL	(701.868)	(578.407)
Outras	(2.485)	(2.392)
Total	(1.076.425)	(1.067.759)

19.9. Demonstração dos cálculos de Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido: O IRPJ e a CSLL de 31/12/2016 e 2015, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015		
Descrição	Imposto de renda	Contri-buição social	Imposto de renda	Contri-buição social
Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social e participações	35.780	35.780	22.711	22.711
Despesas/receitas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(8.945)	(7.156)	(5.678)	(4.542)
Diferencial da alíquota da contribuição social	–	–	–	1.113
Correntes:				
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(5.153)	(4.123)	(3.161)	(2.529)
Provisão para redução ao valor recuperável de créditos	(153)	(122)	(2.887)	(2.309)
Despesas indedutíveis	(587)	(295)	(305)	(215)
Provisões não dedutíveis	–	–	(166)	(133)
Outras	–	–	(119)	(156)
Subtotal	(5.893)	(4.540)	(6.638)	(5.342)
Exclusões:				
Reversão de provisões não dedutíveis	456	365	–	–
Atualização de depósitos judiciais	2.804	2.243	2.315	1.852
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	610	488	613	491
Outras	729	560	–	–
Subtotal	4.599	3.656	2.928	2.343
Prejuízo fiscal e base negativa:				
Compensações	3.030	2.372	2.839	2.262
	3.030	2.372	2.839	2.262
	509	–	479	–
Redução de incentivos fiscais				
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	(6.700)	(5.668)	(6.070)	(4.166)
Diferidos:				
Constituição/ (reversão) – crédito tributário prejuízo fiscal / base negativa	(3.103)	(2.429)	(2.839)	4.470
Constituição – crédito tributário sobre diferenças temporárias	4.043	1.367	5.060	8.220
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(2.773)	(1.664)	(2.315)	(1.389)
Constituição / (reversão) – crédito tributário sobre redução ao valor recuperável	950	1.178	(43)	(6.170)
Receitas/despesas com imposto de renda e contribuição social diferido	(883)	(1.548)	(137)	5.131
Despesas com imposto de renda e contribuição social	(7.583)	(7.216)	(6.207)	965
Alíquota efetiva	21,19%	20,17%	27,33%	-4,25%
Alíquota efetiva combinada		41,36%		23,08%

20. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no patrimônio líquido:

	2016			
Descrição	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	Total	
Base de cálculo	10.072		45	10.117
Imposto de renda	(2.518)		(11)	(2.529)
Contribuição social	(1.500)		(7)	(1.507)
Total	(4.018)		(18)	(4.036)
Líquido	6.054		27	6.081

	2015			
Descrição	Ativos financeiros disponíveis para venda	Plano de pensão de benefício definido	Total	
Base de cálculo	(7.442)		–	(7.442)
Imposto de renda	1.861		–	1.861
Contribuição social	1.116		–	1.116
Total	2.977		–	2.977
Líquido	(4.465)		–	(4.465)

Conselho de Administração: Presidente – Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas; Conselheiros: Gabriel Portella Fagundes Filho; Carlos Infante Santos de Castro.

Diretoria: Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretores Vice–Presidentes: Arthur Farne d'Amoed Neto; Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Filho; Marco Antonio Antunes da Silva; Matias Antonio Romano de Ávila; Marcelo Pimentel Mello; Diretores: André Luiz Lauzana dos Santos; Cristiano Donisete Barbieri; Emil Andery; Fabiane Reschke; Fabiano Lima; Gabriel Antoine de Ségur de Charbonnieres; Gilson Bochernitsan; José Fernando Conforto; Laenio Pereira dos Santos; Luciano Macedo de Lima; Marco Antonio Neves; Renato Roperto; Reinaldo Amorim Lopes; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; Solange Zaquem Thompson Motta

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira – CRC – RJ 076.168/O–7. Atuária: Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho – MIBA/MTPS/963.

